



**CENTRO UNIVERSITÁRIO
ÁREA DO CONHECIMENTO CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RITA FERNANDA DE JESUS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FRENTE ÀS RELAÇÕES DE
IDENTIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
PRÉ-ESCOLA**

**Várzea Grande-MT
Novembro 2020**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
ÁREA DO CONHECIMENTO CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FRENTE ÀS RELAÇÕES DE
IDENTIDADE DE GÊNERO NA PRÉ-ESCOLA**

Trabalho apresentado como requisito para
Conclusão de curso de graduação em
Licenciatura em Pedagogia.

Orientação: Profa. Dra. Larissa Silva Freire
Spinelli e Profa. Ms. Maria Auxiliadora de
Oliveira

**Várzea Grande-MT
Novembro 2020**

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FRENTE ÀS RELAÇÕES DE IDENTIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA

Rita Fernanda de Jesus¹
Maria Auxiliadora de Oliveira²
Larissa Silva Freire Spinelli³

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o processo de construção das identidades de gênero, no âmbito escolar, os papéis de gênero e a construção da identidade que são produzidos e aprendidos desde o nascimento, baseados nas relações sociais e culturais definidos a partir dos primeiros meses de vida da criança. Mas, é no início da educação que a criança começa a entender a diferença entre o masculino e o feminino. A partir desse contexto, este artigo busca refletir sobre as práticas pedagógicas sexistas presentes nas atividades diárias da Educação Infantil e analisar como essas práticas estão contribuindo para a formação da identidade de gênero na educação infantil, sendo que diferenciam e reforçam comportamentos de meninas e comportamentos de meninos, reproduzindo discriminação e desigualdades entre gêneros e ao mesmo tempo reforçando uma educação sexista, em que as crianças aprendem a discriminar gênero segundo modelos preestabelecidos e impostos pela sociedade. Foi utilizada a experiência vivida no estágio supervisionado na educação infantil através da pesquisa para aprofundar o conhecimento conceitual da questão de gênero vivenciada nas práticas pedagógicas na educação infantil. É importante ressaltar que a compreensão desses conceitos possibilite valores atribuídos aos homens e às mulheres, meninos e meninas bem como as regras decorrentes desses valores. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, as observações e análises produzidas no estágio supervisionado, em dissertações, livros, revistas, documento nacional BNCC (2018), LDB 9394 (1996), RCNEI (1998) e artigos dos autores: Louro (1997), Finco (2003, 2008, 2009), Sayão (2002) e Scott (1995). Numa perspectiva de análise e com objetivo de refletir sobre a incidência das práticas pedagógicas na construção da identidade de gênero na educação infantil e por fim, fornecer referencial teórico reflexivo aos professores para que possam evitar o discurso que reproduz a desigualdade de gênero no ambiente escolar.

Palavras-Chave: Identidade de gênero, Educação infantil, Práticas Pedagógicas.

Abstract:

This article presents a reflection on the process of construction of gender identities, in the school context, gender roles and the construction of identity that are produced and learned from birth, based on the social and cultural relations defined from the first months of child's life. But, it is at the beginning of education that the child begins to understand the difference between male and female. From this context, this article seeks to reflect on the sexist pedagogical practices present in the daily activities of Early Childhood Education and analyze how these practices are contributing to the formation of gender identity in early childhood education, being that they differentiate and reinforce girls' behaviors and behaviors of children. boys, reproducing discrimination and inequalities between genders and at the same time reinforcing a sexist education, in which children learn to discriminate gender according to pre-established models and imposed by society. The experience lived in the supervised internship in early childhood education through research was used to deepen the conceptual

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do Univag – Centro Universitário de Várzea Grande.

² Mestre em Educação. Docente do Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Orientadora.

³ Doutora em Estudos Interdisciplinares de Cultura pela Universidade Federal de Mato Grosso. Docente do Centro Universitário de Várzea Grande – Univag. Orientadora.

knowledge of the gender issue experienced in pedagogical practices in early childhood education. It is important to emphasize that the understanding of these concepts enables values attributed to men and women, boys and girls, as well as the rules resulting from these values. The research was carried out through a qualitative approach of bibliographic and documentary nature, the observations and analyzes produced in the supervised internship, in dissertations, books, magazines, national document BNCC (2018), LDB 9394 (1996), RCNEI (1998) and authors' articles: Louro (1997), Finco (2003, 2008, 2009), Sayão (2002) and Scott (1995). From an analysis perspective and with the objective of reflecting on the incidence of pedagogical practices in the construction of gender identity in early childhood education, and finally, providing reflective theoretical framework to teachers so that they can avoid the discourse that reproduces gender inequality in the school environment.

Keywords: Gender identity, early childhood education, pedagogical practices

Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o processo de construção de identidade de gênero no contexto escolar da educação infantil relacionado à prática pedagógica, bem como identificar experiências e práticas educativas acerca desse tema.

O interesse pelo tema foi suscitado durante o componente curricular Estágio Supervisionado na Educação Infantil do curso de Licenciatura em Pedagogia do Univag – Centro Universitário e através de pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre os conceitos de gênero e identidade, vivenciadas através das práticas pedagógicas na educação infantil. É importante ressaltar que a compreensão desses conceitos pode possibilitar valores atribuídos a homens e mulheres, meninos e meninas, bem como as regras resultantes desses valores.

Durante a permanência na escola, realizando o processo de estágio na educação infantil, foi possível perceber a necessidade de se trabalhar práticas educativas de forma que estas não venham se tornar discriminatórias entre meninos e meninas, ou seja, evitar criar assim possíveis atitudes de competição e rivalidade, contribuindo para uma educação voltada para o preconceito. A opção por pesquisar e aprofundar conhecimentos em relação a essas práticas pedagógicas, bem como a forma como são trabalhadas, a sua influência na identidade de gênero das crianças na educação infantil e a reflexão de tais práticas como elementos que fortalecem a discriminação diluídas no cotidiano escolar, o que objetivamente inauguram o desejo de que o artigo de culminância com essa temática encerre o curso de licenciatura em Pedagogia e a continuidade na trajetória acadêmica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) é um documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), de caráter normativo, cujo objetivo é nortear os elementos

essenciais que todos os alunos precisam aprender e desenvolver ao longo da trajetória escolar e foi aprovada no final de 2017, sendo implantada experimentalmente a partir de 2019. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), define que a BNCC deve ser usada para orientar os currículos e propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas do Brasil, desde a Educação Infantil.

A BNCC (2018) foi aprovada com a exclusão da palavra gênero de seu texto apesar de o próprio Plano Nacional de Educação (2014-2024), em seu artigo 2º, prever a implementação de programas e políticas educacionais destinadas a combater “todas as formas de discriminação” existentes nas escolas, entre elas, as que se referem às desigualdades de gênero, de raça, de orientação sexual e de identidade de gênero. No mesmo artigo, o PNE prevê a promoção dos direitos humanos na educação brasileira.

Embora no Brasil a presença de mulheres na educação possa ser mencionada como expressão de igualdade, as desigualdades de gênero na educação persistem para além do acesso à escola. A pesquisa Brasil Gênero e Educação (2011, 2013) aponta que as problemáticas de gênero na educação brasileira se relacionam predominantemente a alguns grandes desafios, que estão profundamente interligados e um deles merece especial atenção “...a manutenção de uma educação sexista e discriminatória no ambiente escolar e o acesso desigual à educação infantil de qualidade”.

No texto introdutório, a BNCC propõe que os espaços de aprendizagem sejam inclusivos, de não discriminação, de não preconceito e de respeito às diferenças, a favor do desenvolvimento pleno de cada aluno nas dimensões intelectual, física, social, emocional e cultural e que essas competências devem ser promovidas em todos os componentes curriculares e em todas as etapas da Educação Básica. Para isso, é preciso contar com práticas pedagógicas que, ao longo da formação consigam articular a construção de conhecimentos e a formação de habilidades, atitudes e valores. A BNCC apresenta dez competências gerais e as 17 competências socioemocionais consideradas fundamentais para o convívio e assimilação e que deverão ser desenvolvidas ao longo dos anos escolares.

São três as competências que chegam mais próximo das questões de gênero sem mencioná-la:

1. Competência 7 - que promove entre tantas outras habilidades a de respeitar e promover os direitos humanos, o posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo e dos outros.

As competências socioemocionais mobilizadas são: Empatia, Respeito e Assertividade (para defender adequadamente as ideias e os direitos humanos);

Responsabilidade e Autoconfiança (para o cuidado de si e dos outros), além de habilidades envolvidas em Pensamento Crítico.

2. Competência 8 - responsável pela habilidade de autoconhecimento, auto apreciação bem como cuidar de sua própria saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

As competências socioemocionais mobilizadas são: Autoconfiança, Tolerância ao Estresse e Tolerância à Frustração (para cuidar de sua saúde física e suas emoções, envolvendo a resiliência emocional e a autoconsciência).

3. Competência 9 – Exercita a habilidade da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e da cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

As competências socioemocionais mobilizadas são: Empatia (para ajudar a entender as experiências e pontos de vista de outras pessoas), Respeito (para aceitar a diversidade de outras pessoas sem preconceito), e Confiança (para se envolver totalmente no diálogo e cooperar com as outras pessoas, independentemente de qualquer diferença na história de vida).

O documento, na íntegra, sugere comportamentos, atitudes, sem no entanto abordar claramente as questões de gênero e menos ainda a identidade de gênero, o que agrava ainda mais a preocupação de como as práticas pedagógicas contribuem com a reprodução da desigualdade de gênero no ambiente escolar, em especial na educação infantil justificado pelo alheamento das professoras em relação à identidade de gênero em formação naquelas crianças pois se não são trabalhadas na sala de aula, e em nenhum momento durante a recreação das crianças no espaço escolar, também não são considerados alguns direitos de aprendizagem que são assegurados para a Educação Infantil, e que deveriam ser incluídos e trabalhados nas atividades pedagógicas da escola.

No ambiente educacional, especialmente, na educação infantil determina-se um padrão de aluno e este é determinado pelo seu sexo: menino ou menina, que deve possuir características comportamentais aceitáveis pela sociedade, determinando o comportamento e o lugar de cada um no espaço escolar.

Para Louro (2012, p. 62): “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e meninas”.

Pensar o conceito de identidade de gênero na educação infantil pode contribuir para um pensamento amplo e um melhor entendimento da sociedade, pois nos leva a pensar, refletir e questionar os padrões pré-estabelecidos para meninas e para meninos em formação. Os estudos de gênero evidenciam a possibilidade de reduzir desigualdades e constituir um futuro igualitário na convivência entre homens e mulheres, no entanto, somos voltados a pensar em como são retratadas e naturalizadas as desigualdades de gênero que prosseguem por toda a vida escolar.

A metodologia da pesquisa

A metodologia se baseou na pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental, articulada no levantamento de dados coletados durante o período de estágio supervisionado na educação infantil em uma escola municipal na cidade Várzea Grande. A pesquisa foi realizada com base em dois procedimentos: levantamento da literatura sobre o tema e o registro de experiência vivenciada durante o período de estágio antes da pandemia COVID 19.

As aulas foram suspensas desde março de 2020 por medidas de segurança e foram impostas limitações por conta da pandemia, não sendo possível realizar as entrevistas com os professores, observações nas escolas para que fossem levantados mais dados sobre o tema. Para as análises e reflexões foram considerados os relatos, as observações de pesquisas científicas aprovadas e publicadas por instituições brasileiras públicas e privadas.

Esse tema foi pré-definido após alguns diálogos durante algumas disciplinas que levantaram reflexões sobre essa temática e como é vista dentro do espaço escolar, na qual se indaga como os professores (as) percebem, ou não, a influência das práticas pedagógicas na construção da identidade de gênero na educação infantil.

Foi realizado um processo de leitura e releitura, utilizando a técnica tradicional como marcar, realçar, perseguir os objetivos e as questões buscando desvendar o conteúdo subjacente ao que está manifesto. À medida que a interpretação foi avançando, sempre que necessário foi possível retornar às observações do estágio, confrontando, analisando, nas transcrições de citações dos autores lidos, pois uma única palavra poderia ser fundamental e poderia reforçar a análise. A fundamentação teórica foi consultada concomitantemente para confrontar com os exemplos dos autores e autoras pesquisados sendo possível tecer

interpretações e análise qualitativa. Considerou-se além do conhecimento teórico a habilidade e sensibilidade para almejar os objetivos propostos.

A busca de referenciais e pesquisas avançadas que pudesse oferecer algum impacto que propiciasse gerar mudanças e até mesmo algum avanço de como estão sendo trabalhadas e desenvolvidas as práticas pedagógicas em relação à identidade de gênero nas escolas, em especial a educação infantil/pré-escola. Ou, ainda, a presença de indícios de alguma fase preparatória no sentido de absorver conhecimentos de como lidar com o preconceito, a desigualdade social e a discriminação se evidenciasse, mas as conquistas são minúsculas e esporádicas.

Vale ressaltar que não se pretendeu esgotar os estudos acerca do tema, mas possibilitar o foco nas práticas pedagógicas evidenciando sua influência na construção da identidade de gênero na educação infantil.

Educação Infantil no contexto escolar

A educação Infantil por ser a primeira base educacional para a criança marca pela necessidade de adaptação neste ambiente, pois demanda determinado esforço que a criança realiza para ficar, e bem, no espaço coletivo, com pessoas grandes e pequenas desconhecidas. As relações são regidas por regras e limites diferentes daqueles do espaço doméstico a que ela estava acostumada.

A criança precisa se sentir confiante, entusiasmada, para aceitar com mais facilidade estas mudanças que serão permanentes em duradouras em sua vida e, portanto devem ter garantidos seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, com apoio e participação da família e da sociedade. A escola, por ser considerado um espaço que reproduz as diferenças sociais, impondo princípios e padrões culturais discriminatórios, precisa assumir o seu papel de intermediário de mudança, refletindo sobre suas práticas pedagógicas que calam as desigualdades e fortalecem a discriminação que são dissolvidas no cotidiano escolar. Muitos estudos apontam a evolução de trabalhar a questão de gênero na escola, na família e na sociedade, porém, a realidade dentro do espaço escolar é outra.

Neste contexto, vemos que teoricamente a criança é amparada de todas as formas, pois deveria ser através das práticas pedagógicas o aprendizado e reconhecimento de relações estruturadas no respeito, na igualdade e na valorização. A rotina diária no espaço escolar requer uma atenção especial através das práticas pedagógicas no que se refere ao

esclarecimento sobre gênero, e a construção social, e é nesse contexto que o aprendizado sobre gênero se insere e se forma, e é adquirido pelas crianças partindo das experiências nos relacionamentos sociais ou no processo de se aprender a socializar, interagir, participar.

No contexto escolar, as crianças da educação infantil espelham suas atitudes no que a escola oferece, e a questão é: Como estão sendo trabalhadas as práticas pedagógicas ao que se refere identidade de gênero? A equipe pedagógica tem como prioridade a inclusão das crianças em atividades, jogos e brincadeiras, onde todos (as) tendem a participar de forma igualitária, promovendo assim a inclusão?

A criança é partícipe de todos os conhecimentos, das suas observações, das suas vivências que vão se acumulando e se integram formando o seu olhar diante de tudo o que acontece ao seu entorno e determinando assim que a escola deva estar atenta e considerar todos as ações diretas e indiretas com a criança. Considerando toda essa apreensão principalmente na educação infantil com o devido respeito diante das diferenças sociais reconhecendo que os (as) educadores (as) sejam também parte dessa história levando para a sala de aula e para todo o espaço escolar a necessidade de trabalhar as diferenças com as crianças. Infelizmente o sexismo, e a questão de gênero na escola ainda são abafados pelas políticas públicas e nas práticas pedagógicas, não simplesmente a discriminação, mas a representação da exclusão para meninos e para meninas no espaço escolar, como material didático, atividades esportivas e recreativas, deixando clara a existência da preservação do sexismo.

Proporcionar para a criança práticas educativas de como respeitar o outro e sua diversidade, faz com que o professor (a) seja reconhecido como parte de formação de um cidadão com pensamentos de respeito e igualdade. Ainda que, diante de tantos estudos, percebe-se que as práticas pedagógicas ainda são elaboradas de forma que reflete a desigualdade e o sexismo diante da identidade de gênero nas escolas.

Contribuindo com o exposto, Louro (1997, p.41) comenta:

[...] diferenças, distinções, desigualdades... a escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. São regras, deveres e normas que a escola institui há muito tempo. São tempos e lugares predeterminados para meninas e meninos. É bola e ferramentas para homem, e boneca e panelinhas para mulher, legitimando, com isso, a visão da mulher frágil, dona de casa, esposa perfeita e o homem como ser forte, atlético, inteligente.

As professoras constantemente orientam e fortalecem aptidões singulares nos meninos e nas meninas, de modo ameno, transmitindo perspectivas da intensidade do comportamento intelectual mais apropriado para cada sexo. Rotinas diárias das escolas de educação infantil,

como preparação da fila e a classificação das crianças nas mesas, a forma de como são proporcionadas as brincadeiras e jogos, revelam que a escola resulta por fortalecer a divisão entre meninas e meninos ao estipular ações e práticas de atividades fundamentadas em competições entre equipes de meninas e meninos. Deste modo, ao contrário de possibilitar o convívio que promova a inclusão, tornam-se por disputar-se ainda mais.

Reconhecer esses comportamentos não é uma tarefa nada fácil e, portanto seria necessário ampliar essa discussão perante esta realidade com todos os personagens integrantes das escolas de educação infantil com os questionamentos: como é dialogado o tema identidade de gênero na educação infantil? Como o corpo docente está trabalhando estas questões?

Segundo Ortiz (2007), a sociedade é marcada pela história determinada e num contexto definido. Promover o acolhimento que favoreça adaptação da criança na escola é um fator que será importante para todo ano letivo e, provavelmente por toda a vida escolar da criança. Evitar constrangimentos, traumas, rejeição, preconceitos e discriminação no âmbito escolar devem ser uma tarefa inerente aos educadores comprometidos com o bem-estar das crianças, ou seja, dos meninos e das meninas, como requisitos de aprendizagem.

Educação e Gênero

Gênero seria uma forma de indicar construções sociais, uma categoria social imposta sobre um "corpo sexuado" (Gates, citada por Scott, 1995, p. 75), e usar Gênero assim pressupõe todo um sistema de relações que inclui o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. Seguindo pelo conceito expresso por Scott - de entender que o termo "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (1995, p.86).

Para Sayão (2002, p.71), estudando gênero e compreendendo as questões que ele envolve, podemos desconstruir as hierarquias, diferenças e formas de dominação de uns/umas sobre os outros/outras. Assim, o estudo sobre gênero nos permite questionar os dualismos tão naturalizados e enraizados em nossa cultura.

Embora as relações entre gênero e os movimentos sociais sejam inquietantes, é possível associar diretamente o tema gênero às questões políticas. Segundo Sayão (2002), se admitirmos essa ligação, podemos relacionar os estudos de gênero aos estudos sobre infância,

buscando uma política que tenha como foco combater as concepções que entendam as crianças como seres que não possuem a capacidade de defender seus interesses, como aconteceu com as mulheres que foram excluídas ao longo da história da humanidade.

O pouco conhecimento sobre a temática de gênero apresenta-se como um dos fatores pelos quais professores e professoras na maioria dos casos continuam ensinando, mesmo que discretamente, modos de ser e de se comportar de maneira diferenciada e desigual para meninos e meninas. Esta falta de conhecimento sobre as ações sexistas estabelece linhas de separação, determinando costumes ditos como masculino e feminino.

Desde crianças, passamos por uma fase de incorporação ao que se refere à construção de gênero, ou seja, antes mesmo do nascimento de uma criança, os familiares já ficam imaginando se será menino ou menina, a partir daí começam a programar o futuro da criança, começando pela escolha da cor das roupas, da decoração do quarto, através da representação do papel de ser homem e de ser mulher. Com o nascimento as perspectivas tendem a aumentar e se fazem presentes nas relações do dia a dia com a criança, desde a escolha da cor da roupa, passando pelos brinquedos a serem oferecidos, até as atividades e brincadeiras permitidas. De acordo com a RCNEI (1998) após uma fase de curiosidade quanto às diferenças entre os sexos, por volta dos cinco e seis anos, a questão de gênero ocupa papel central no processo de construção da identidade, isso reflete nas ações e interações entre as crianças, que tendem a uma separação espontânea entre meninos e meninas.

Louro (2012) chama a atenção para a forma com que os educadores encaram a discussão de gênero, confundindo com a sexualidade e segundo o autor, muitos pensam que se deixar de tratar desses problemas referentes à sexualidade, estes ficarão fora da escola. A escola não reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz. Os indivíduos aprendem, desde muito cedo, a reconhecer seus lugares sociais a partir da imposição social, e aprendem isso através de suas vivências com adultos, confirmando o conceito de gênero como uma produção histórica e social, pois é a partir dele que se constitui o sujeito social. Na concepção de França (2009), compreende-se gênero como uma condição social que identifica os sujeitos como homens e mulheres nas variadas dimensões de masculinidade e feminilidade.

A condição social das mulheres ainda impera uma forte desigualdade entre homens e mulheres, com diferenciações conforme a classe social, raça, etnia e outras condições de vida. As desigualdades incluem esferas públicas e privadas e utilizadas por conservadores religiosos, alguns cientistas e políticos que se justificam pela diferença biológica entre homens e mulheres. Muitos educadores, religiosos e formadores de opiniões da nossa

sociedade creem que as diferenças sociais são essenciais, naturais e inevitáveis. O sexo é uma categoria biológica insuficiente para explicar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher.

Se ainda permanece o sexismo na sociedade brasileira, isso também se deve à maneira como se educam filhos, alunos, maridos etc. Sabe-se que são mães, avós, professoras, babás e esposas são as partes que protagonizam parcelas que influenciam a construção de identidade de gênero dentro do processo educativo.

Benevides (2004), que é militante feminista, mãe de dois rapazes e uma menina, alerta que de alguma forma, as mulheres internalizam certas referências e valores e nem se dão conta disso. E para ilustrar ela faz um relato: “Certa vez, ela conta, chamei minha filha, quando tinha 14 ou 15 anos, e disse: “Marina, você não gostaria de aprender a cozinhar? Eu vou te ensinar, nós podemos passar os sábados na cozinha, que tal?”. Ela respondeu: “Você vai ensinar também para o Daniel e para o André?”. Eu levei um susto e falei: “Não, é claro”. Ela então encerrou com seu melhor sorriso: “Ah, então eu também não quero. Ou você ensina aos três, ou a ninguém. Eu não gosto de cozinhar, no dia em que precisar, eu aprendo”. A questão do gênero é tão sutil que sequer nos damos conta de que, ao darmos uma boneca para nossa filha, estamos perpetuando a ideia de que a menina deverá “ser bonita como uma boneca e tomar conta de alguém como de um filho”.

A designação Gênero veio como uma categoria de análise das ciências sociais para questionar a suposta essencialidade da diferença dos sexos, a ideia de que mulheres são passivas, emocionais e frágeis; homens são ativos, racionais e fortes como na definição de Gênero de Scott que a constitui em duas partes e várias subpartes. Assim, os elementos constitutivos em relação à primeira parte da definição de que o "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos" (1995, p. 86), implica quatro elementos relacionados entre si:

1- "Símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequências contraditórias)" (Scott, 1995, p.86) como, por exemplo, Maria e Eva - a pureza e a sujeira... As apresentações desses símbolos podem propiciar múltiplas interpretações, mas são contidas em interpretações binárias, a partir de explicações culturais, religiosas e sociais.

2- "Conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas que estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino" (Scott, 1995, p. 86), via rejeição ou repressão de outras formas.

Assim, por exemplo, a virilidade é associada ao Masculino e a feminilidade ao Feminino. Um homem não pode ter um comportamento mais dócil/emotivo, que automaticamente será rotulado de efeminado.

3- "A noção de fixidez... que leva à aparência de uma permanência atemporal na representação binária do gênero" (Scott, 1995 p.87). A maioria dos estudos, além de apresentar a dialética da história e das práticas sociais nas suas análises, não inclui a noção de político, compreendendo esse político como a resistência ou coerção a que foram sujeitas as mulheres, principalmente para ficarem fora da história.

Compreende-se como necessário incluir na noção de Gênero, a noção de político, tanto em relação às Instituições, como em relação às organizações sociais e principalmente nos contextos educacionais com foco primordial na educação infantil, pois se o conceito de gênero propõe uma coleção de condições socioculturais atribuídos aos corpos que definem o conceito de masculino e feminino, ou seja, a conjunção de gênero tem como origem os significados que indicam o que é ser mulher e o que é ser homem, ou seja, pensar esse conceito de gênero como contribuição para que a sociedade refaça esses padrões sociais para meninas e meninos pautados não mais na diferença, mas na igualdade.

De acordo com (Heilborn, 2004) o conhecimento sobre gênero evidencia a perspectiva de reverter injustiças e desigualdades, construindo um âmbito tranquilo e ameno na ligação entre homens e mulheres. As diferenças entre homens e mulheres, todavia não podem ser explicadas pelo hormônio ou pelo corpo calejado. Se ser menina ou menino fosse meramente constituição biológica, não seria necessário tanto esforço para defini-los como tal.

Identidade de gênero na educação infantil

A escola é um dos espaços principais para ensinar às crianças a conviverem com as diversidades e as diferenças; e ensiná-las sobre gênero. O documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - volume 2 (BRASIL, 2009), afirma que por volta dos cinco e seis anos as questões de gênero ocupam papel central na construção da identidade e que ocorre uma separação espontânea entre meninos e meninas. Assim, passamos a refletir sobre as questões de gênero, iniciando por algumas lembranças de nossas infâncias.

De acordo com Scott (1995), o gênero pode ser compreendido como uma "preparação sociável da desigualdade sexual e é um componente instrutivo das ligações sociais criadas sobre as diferenças percebidas entre sexos, que oferece uma maneira de decifrar o conceito e de entender as complicadas conexões entre inúmeras proporções de relação humana. Tudo o

que se refere à Identidade de Gênero, o procedimento básico é demonstrar, através de atitudes e práticas comportamentais, princípios de igualdade, respeito e afeição entre os indivíduos de sexo diferente e assim possibilitar que a criança brinque com as oportunidades relativas tanto para homem como para a mulher. (Secretaria de Educação Fundamental, 1998, p.44).

O espaço escolar é um ambiente onde as desigualdades convivem e relacionam-se ambas umas a outra mutuamente, se espera então que seja manifestada uma condição de agir no sentido de aprender a diversidade de conceitos, crenças, etnias, religiões, sexualidade. Junqueira (2009) nos permite pensar a escola como um espaço disciplinador e normatizador, e não simplesmente um espaço que consiste a construir e formar futuros cidadãos e cidadãs. Portanto ela não só transmite conhecimento como adquire e constrói valores.

A diferença no ambiente escolar pode-se muitas vezes gerar conflitos, manifestações de preconceitos, pois não há esclarecimentos sobre como lidar com as diferenças presentes naquele espaço. Com esse fator tão inerente nas escolas, esperam-se alternativas para que seja apresentada e discutida a questão da identidade de gênero dentro do espaço escolar, contribuindo assim, para o extermínio do preconceito diante das diferenças. Portanto, nota-se que ainda é predominante nas escolas práticas diárias na educação infantil em relação de como a organização da fila e a posição das crianças nas mesas, revelam que a escola termina por fortalecer a divisão entre meninas e meninos ao determinar práticas de atividades fundamentadas em rivalidade de dois grupos (meninas e meninos). Sendo assim, a escola ao contrario de proporcionar um convívio que possibilite a inclusão e a inserção, acaba por tornar nítida uma rivalidade ainda mais pertinente entre as crianças/alunos/alunas.

Para falar sobre Identidade de gênero na Educação Infantil, é necessário que primeiro se compreenda a expressão para dirigir a observação e o foco em como a escola trabalha o gênero. Partindo da contribuição de Reis & Gomes (vol.19 N.2/2011, p. 504) diz que:

A construção da identidade pessoal não se efetua sob as mesmas condições para meninas e para meninos, é preciso entender como o gênero molda nossos pensamentos, linguagem e ações evitando que se dificultem as medidas para a igualdade no contexto da construção da cidadania. [...] em razão disso, as divisões sociais geradas, reforçadas e mantidas pela escola afetam não somente o desempenho educacional de alunas, mas também suas oportunidades e perspectivas de vida. ESTUDOS FEMINISTAS (vol.19 N.2/2001, p.504).

Diante do exposto, a RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil contribui dizendo que, os volumes I,II e III, contribuem para o desenvolvimento, planejamento e avaliação das práticas pedagógicas educativas que considerem a pluralidade e a diversidade étnica, religiosa e de gênero, social e cultural das crianças brasileiras,

favorecendo a construção de propostas educativas que respondam às demandas das crianças brasileiras, contendo assim o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção de identidade e autonomia das crianças.

O papel do (a) professor (a) e a construção da identidade de gênero

De acordo com o que se vê nas escolas, os professores (as) reforçam a construção da identidade de gênero a partir do material escolar dos alunos (as), ou seja, observando que as meninas sempre trazem em suas mochilas cor de rosa, ou sempre simbolizando especificamente os personagens femininos, e os meninos são observados com mais ênfase se desde o primeiro dia de aula já usam tênis, bermudas, mochilas na cor azul ou verde, personagens sempre de lutas, como hulk, super-man, ou de específico time de futebol, e assim, são avaliados pela forma de como se vestem ou portam, ou seja, pelas características de gênero feminino ou masculino, e isso está longe de transmitir o que realmente a criança busca naquele espaço e que pode ser pertinente para o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo considerar que todos esses elementos podem auxiliar os professores (as) na sua atuação frente aos comportamentos exploratórios e espontâneos das crianças ou ainda diante dos questionamentos que as mesmas apresentam.

A construção de identidade de gênero sofre influências das práticas pedagógicas que são elaboradas e constituídas através de uma equipe de profissionais, os quais preparam todo o planejamento de aulas, e como está sendo incluída a metodologia de ensino aprendizagem dos professores (as) em relação à forma que irão trabalhar a questão de gênero tanto na sala de aula através de atividades como em todo espaço escolar onde as crianças se encontram e se há interação através da igualdade, o que não implica simplesmente em como produzem suas atividades mas, como buscar meios de integrar as crianças dentro desse contexto de aprendizado e conhecimento, e isso, implica em proporcionar para as crianças o acolhimento afetivo que cada um precisa ter.

Não há uma preocupação e nem uma busca por elencar jogos e brincadeiras para que as crianças possam ser vistas de verdade, o que gostam e como se sobressaem praticando tal esporte. Quando as práticas pedagógicas não oferecem uma segurança e nem incentivo para que as crianças se interajam, brinquem, joguem e realizem suas atividades juntas, faz com que a separação, a rivalidade se reproduzam em comportamentos socialmente aceitos. As relações das crianças na educação infantil apresentam-se como uma das formas de introdução de meninos e meninas na vida social, principalmente porque oferecem a oportunidade de estar

em contato com crianças oriundas de diversas classes sociais, religiões e etnias com valores e comportamentos também diferenciados. De acordo com Finco (2003):

[...] a vivência de meninos e meninas na educação infantil, pode ser vista como uma rotina de passagem contemporânea que antecipa a escolarização, por meio de qual se produzem habilidades. Esse processo reflete-se nos tipos de brinquedos, atividades e jogos, que lhes são permitidos e disponibilizados: para que as crianças "aprendam", de maneira muito prazerosa e mascarada, a comportar-se como "verdadeiros" meninos e meninas.

A grande dificuldade em relação à formação de professores é que, se quisermos ter bons professores, teremos que formá-los como sujeitos capazes de produzir conhecimentos, ações e saberes sobre a prática. Não basta fazer uma aula; é preciso saber por que tal aula se desenvolveu daquele jeito e naquelas condições: ou seja, é preciso compreensão e leitura da práxis. O sujeito professor precisa ser dialogante, crítico e reflexivo, bem como ter consciência das intencionalidades que presidem sua prática. Esse entendimento está em par com a afirmativa de (Imbert, 2003, p. 27 apud Finco, 2003):

"o movimento em direção ao saber e à consciência do formador não é outro senão o movimento de apropriação de si mesmo". É importante ressaltar que, é papel da escola e dos professores (as) apresentar para as crianças que as desigualdades encontram-se, inclusive no contexto da sexualidade e do gênero e estas necessitam serem reconhecidas e valorizadas.

O profissional de Educação comprometido com seu trabalho precisa superar e ultrapassar os jogos de interesses de uma sociedade que se pauta pelo preconceito e discriminação, que aponta como diferente aquele que é plural, excluindo os que não iguais e, assim, é necessário manter o posicionamento ético, o comprometimento com a construção de novas perspectivas e aberta ao diálogo permitindo-se em assumir novas posturas em relação à construção de identidade de crianças como único caminho para as mudanças.

Práticas pedagógicas e a construção da identidade de gênero

Para Bíscolo (2009, p.132), o papel da escola e da Educação Infantil é desenvolver nas crianças a criatividade, a criticidade, levando em consideração todas as suas individualidades, inserindo-as em um movimento de descobertas, de construção e de interação respeitando sua individualidade e preferência, coisa que foi possível observar principalmente nos momentos de escolha dos brinquedos quando as meninas e os meninos poderiam ser colocados juntos e fossem estimulados a exercer sua autonomia de escolha para qualquer brinquedo e que fosse indiferente se fosse de encaixe, bonecas, guitarras, carrinhos ou outros.

É possível, portanto, falar em saberes pedagógico como saberes que possibilitam aos sujeitos construir conhecimentos sobre a condução, a criação e a transformação dessas mesmas práticas. Para Guimarães, 2010 citado por Nogueira, 2017:

[...] O ambiente escolar é visto como um principal meio de construção de saberes, inserindo a estruturação das identidades e das diferenças, ou seja, a escola é o espaço onde se deve primeiramente realizar o acolhimento das crianças que se sentem diferentes, que precisam se sentir confiantes, e poderem ali adquirir os conhecimentos necessários sobre como trabalhar essas diferenças.

Portanto, as práticas pedagógicas precisam ser repensadas para que se trabalhem com intencionalidade todas as atividades escolares, brincadeiras, de forma a evitar expressões principalmente aquelas de uso contínuo e marcadamente discriminatórias como “homem não chora”, e “menina é mais calma”, dentre outras que ouvimos e ainda são repetidas diariamente no espaço escolar desde nossa infância, através dos nossos familiares, incluindo toda sociedade, tornando isso pensamentos que partem do que se generaliza como feminino e como masculino para classificar as diferenças nos comportamentos das crianças.

Segundo Braga, 2006 citado por citado por Nogueira, 2017, questionar as práticas pedagógicas dos professores (as) diante da temática de gênero acomete-se a metodologia e conjunção histórica social, que evoluiu a construção de gênero e que teve como fundamento para que se repensasse a compreensão esclarecida de sexualidade.

Nesse ponto de vista o gênero vai além dos olhares biológicos, genéticos e alicerçadores. A diferença biológica tão somente é o ponto de partida para a construção social do que é ser homem ou ser mulher (Braga, 2006, p.214 citado por Nogueira, 2017).

Em outras palavras, estamos pensando que as diferenças biológicas entre as pessoas do sexo feminino e do sexo masculino explicam e justificam diferenças de comportamentos perante a sociedade. Portanto, a ideia de associar identidade de gênero às práticas pedagógicas propõe possibilitar uma reflexão para limitar o prejulgamento, a intolerância e a hostilidade nas escolas e nas salas de aulas. E para isso é importante que a equipe pedagógica da escola busque contribuir com atividades, jogos, brincadeiras, palestras, para que envolvam de uma forma geral todas as crianças num todo, onde as mesmas possam sentir-se entusiasmadas e acreditando que quando se tornarem adultos (as) possa ser vistos não somente pela sua sexualidade e sim pelo que conseguiram conquistar.

Entre o azul e o cor de rosa, meninas de rosa, meninos de azul, meninas brincam com bonecas e fogõezinhos; meninos, com carrinhos e bolas. Nas escolas, filas de meninas e filas de meninos, no cotidiano, frases como: “senta direito, isso não é jeito de menina”, “homem não chora!”. Facilmente encontradas no cotidiano e naturalizadas por grande parte das pessoas, todas essas situações são carregadas de estereótipos que reforçam o que é ser mulher e o que é ser homem em nossa

sociedade e acabam por desrespeitar a individualidade e as preferências de cada criança (LINS,2019, p.15).

A escola é o ponto de partida para que as crianças possam ter a oportunidade de serem livres para poderem brincar, jogar, e aprender de forma que não sejam apontadas por terem que fazer somente o que sua sexualidade perante a sociedade e também diante dos professores (as) é vista.

De acordo com Guimarães, (2010) citado por Nogueira, (2017), é indispensável e essencial, que professores e professoras obtenham informações e as contextualize-as, a fim de contribuir, proporcionando meios para que os alunos e alunas adquiram conhecimentos, a escola e a sala de aula devem ser um ambiente de sociabilidade, naturalidade e descontração, o que motiva a disseminação educativa, incluindo a identidade de gênero.

Considerações finais

Reflete-se ao fim deste artigo, uma observação sobre as práticas pedagógicas trabalhadas com as crianças da educação infantil, sendo que foi possível constatar através da observação práticas educativas intermediadas no processo de construção de conhecimento com apoio pedagógico, no contexto do estágio supervisionado, desenvolvidas com ênfase na perspectiva da desigualdade. A questão foi entender por que tais práticas são desenvolvidas por meio da separação de meninos e meninas, as brincadeiras, os jogos e algumas atividades são desenvolvidas pelas professoras por meio de separação, ou seja, se na BNCC as habilidades tendem a proporcionar a interação das crianças com outras crianças, por que então as práticas educativas contribuem com a desigualdade?

Fila de menino e fila de menina desde ao adentrar a sala de aula como para pegar o lanche, para ir ao banheiro, os jogos na quadra, são sempre permitidos somente para os meninos, como está sendo o aprendizado das crianças em relação a inclusão, o respeito e a igualdade?

Foi possível perceber que o termo gênero e identidade de gênero são vistos ainda como algo que irá prejudicar o aprendizado das crianças, e é exatamente o contrário, quando as práticas pedagógicas são trabalhadas de forma onde os professores (as) envolvem as crianças num todo, proporcionando atividades onde não haja separação sexual, elaborar jogos onde possam ser divididos por equipes e não por classificação sexual, começar a desenvolver

métodos em que haja interação das crianças ambos juntos, isso fará com que se trabalhe o tema sem pensar ele como prejudicial e sim construtivo, para que meninos e meninas se respeitem sendo construtores de um conhecimento pleno, respeitoso e igualitário.

É importante dizer que, a identidade de gênero não é um sinônimo de orientação sexual, ou seja, a primeira diz respeito ao modo como o próprio indivíduo se entende, se identifica, a segunda corresponde à maneira pela qual a pessoa se relaciona com outras.

As práticas pedagógicas ainda adotadas na educação infantil transmitem de forma clara o sexismo, na linguagem, nos materiais didáticos, nos gestos que distanciam cada vez mais meninas e meninos, fazendo com que preconceitos referentes ao gênero obtenham força a cada dia, reforçando as diferenças e consequentemente distanciando a possibilidade de igualdade de gêneros. Sendo assim, o propósito deste artigo foi proporcionar uma possibilidade que permita pensar as diferenças sem transforma-las em desigualdade e preconceito, ou seja, que as práticas pedagógicas em relação às diferenças não sejam ponto de partida para a discriminação.

É importante que os professores e professoras ampliem e fundamentem suas considerações ao valor das diferenças como parte da vida e da convivência sem a imposição de padrões hegemônicos em relação à identidade de gênero, de ser e estar no mundo e sem as violências que sustentam essa imposição. A identidade não é o lugar do outro, que é menos que eu, mas, o lugar de todos, no espaço escolar, público da vida e da convivência.

Este artigo teceu uma análise com reflexões confirmatórias de que as práticas pedagógicas influenciam na construção da identidade de gênero em crianças na educação infantil sem a pretensão de colocar um ponto final nesta temática, mas de contribuir e ao mesmo tempo oferecer referencial teórico reflexivo aos professores para que possam evitar o discurso que reproduz a desigualdade de gênero no ambiente escolar.

Referências

A construção das identidades de gênero na educação infantil.pdf, Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8069-> Acesso: 19 nov.2020.

BENEVIDES, Maria Vitória. “**Cidadania e questão de gênero**”. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; GODINHO, Tatau. (Org.). Educar para a igualdade: gênero e educação escolar. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 91-106.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>> Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica**; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BÍSCARO, C. R. R. **A construção das identidades de gênero na educação infantil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. São Paulo, v. 3 n. 8 p.92-103, fev 2018.

Diferença e igualdade nas relações de gênero, Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo> Acesso em: 30 out.2020.

FINCO. Daniela. VIANNA, Claudia. **Meninas e meninos na educação infantil**: uma questão de gênero e poder. Cadernos pagu, Campinas, n. 33, p, 8, 2009.

FINCO, Daniela. **Socialização de gênero na educação infantil**. Ciênc. Let, Porto Alegre, n.43, p.261-274, 2008.

FRANÇA, F. F. **A contribuição dos estudos de gênero à formação docente: uma proposta de intervenção**. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

Ferreira, M. de F. de A., & Eugênio, B. G. (2016). **Constituindo gêneros: sobre a produção de masculinidades e feminilidades na educação infantil**. *Revista Tempos E Espaços Em Educação*, 9(20), 63-80. <https://doi.org/10.20952/revtee.v9i20.5896>

Gênero e educação, Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo> Acesso: 30 out.2020.

HEILBORN, Maria Luiza. **Entre as tramas da sexualidade**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 43-59, janeiro-abril/2006.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Introdução – **Sexualidade nas Escolas: um problema de todos**”. In: _____ (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade**, UNESCO, 2009.

LINS, Accioly Beatriz, MACHADO Fonseca Bernardo, ESCOURA Michele, **Diferentes, Não Desiguais, a questão de gênero na escola** 2019, p.15.

LIMA Alves Luiz Fernando **A construção da identidade de gênero na educação infantil: princípios de igualdade reconhecidos nas diferenças**: Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades> Acesso em: 22 nov. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. In: LOURO, G. L.; GOELLNER, S.V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 8 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

MORENO, Monstesserat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999, 80p.

NOGUEIRA, Sayonara N. B. & SILVA, T. C. **Identidade de gênero na prática pedagógica: Uma reflexão sobre o livro: “TUDA: uma história de identidade”**. V.4, n.1 p. 150 – 179. 2017.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.6, n.1, p. 91-113,1998.

PAZ, Cláudia Denis Alves. **Gênero no trabalho pedagógico da educação infantil**. In: www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/8t10/claudia.

_____. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, 1999. p.7-34.

PIOVESAN, Flávia. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres**. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 70-89, jan.-mar. 2012

RANGEL, Mary, **Diversidade – Um compromisso pedagógico da escola**, 2017, p.24.

REIS, A. P. P. Z & GOMES. C. A. **Práticas reprodutoras de desigualdades: A sub-representação de meninas entre alunos**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.7, n.1-2, p. 503-519,1999.

REIS, A. P. P. Z & GOMES. C. A. **Práticas reprodutoras de desigualdades: A sub-representação de meninas entre alunos**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.7, n.1-2, p. 503-519,1999.

Referencial curricular nacional para a educação infantil 1998, Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2>. Acesso em: 06 nov.2020.

ROSEMBERG, Fúvia. **Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica**. Educação e pesquisa, São Paulo, v.27, n1, 2001.

SAYÃO, Deborah. **Corpo e movimento: notas para problematizar algumas questões relacionadas à educação infantil e à Educação Física**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas-SP, v. 23, n. 2, p. 55-68, jan. 2002.

SAFFIOTI, I. B. Heleieth, **Gênero, Patriarcado, Violência**, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Bereta Cristiani, RIBEIRO Costa Regina Paula, **Dossiê Gênero e Sexualidade no Espaço Escolar**, Vol.19 N.2/ 2011, p. 463 á 614.

UNBEHAUN, Sandra (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Ed 34/ Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 225-242.

_____. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero**. Teorias e Educação, Porto Alegre, n. 6, ago./dez. 1992. p. 53-67.